



SSP TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

COM PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE
Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
CEP: 51.011-180
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho
- Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
SSP Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SSP Transmissora de Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SSP Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos Ativos de Contrato - notas explicativas 3.2 e 6.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo, com envolvimento de especialistas em finanças corporativas; iv) inspeção documental, em base amostral, dos gastos incorridos durante o exercício; v) avaliação, com apoio de nossos especialistas de finanças corporativas, da atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP), e vi) a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado.

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro- RJ, 31 de março de 2024.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/0-0 – “S”- RJ

Hugo Ferreira da Silva Júnior

CRC-PE – 011620/0 – “S” - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.713.693	2.271.792
		2.713.693	2.271.792
NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	5	44.087	37
Ativo de contrato	6	69.322.645	7.619.744
		69.366.732	7.619.781
Total do Ativo		72.080.425	9.891.573
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	12.616.603	845.493
Obrigações sociais	8	248.401	-
Obrigações tributárias	9	280.966	27.363
Outros		40.465	-
		13.186.435	872.856
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos de mútuo	10	11.703.485	5.271.091
Tributos diferidos	11	6.413.712	706.193
		18.117.197	5.977.284
PATRIMONIO SOCIAL			
Capital social	12	44.910.731	3.071.190
Prejuízos acumulados		(4.133.938)	(29.757)
		40.776.793	3.041.433
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		72.080.425	9.891.573

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita líquida	13	55.995.383	4.111.708
Custos de construção	14	(55.865.087)	(3.718.494)
Lucro Bruto		130.296	393.214
Despesas gerais e administrativas	15	(2.849.269)	(242.007)
		(2.718.973)	151.207
Resultado financeiro	16		
Receitas		190.251	10.484
Despesas		(1.575.459)	(157.670)
		(1.385.208)	(147.186)
Resultado antes dos tributos		(4.104.181)	4.021
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(1.367)
Lucro (prejuízo) do exercício		(4.104.181)	2.654
Lucro (prejuízo) por ação		(0,09)	(0,001)

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.104.181)	2.654
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(4.104.181)</u>	<u>2.654</u>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em reais)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.000	2.828.974	(32.411)	2.806.563
Integralização de capital	2.052.480	-	-	2.052.480
Aumento de capital – capitalização AFAC	1.008.710	(1.008.710)	-	-
Reversão de adiantamento para aumento de capital	-	(1.820.264)	-	(1.820.264)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.654	2.654
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.071.190	-	(29.757)	3.041.433
Adiantamento para aumento de capital	-	17.514.541	-	17.514.541
Integralização de capital	24.325.000	-	-	24.325.000
Aumento de capital – capitalização AFAC	17.514.541	(17.514.541)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(4.104.181)	(4.104.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.910.731	-	(4.133.938)	40.776.793

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.104.181)	2.654
Ajustes para conciliar superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Tributos diferidos	5.707.519	420.466
	<u>1.603.338</u>	<u>423.120</u>
Variações de Ativos e Passivos		
Tributos a compensar	(44.050)	(37)
Despesas pagas antecipadamente	-	53.541
Fornecedores	11.771.110	755.823
Obrigações sociais	248.401	-
Obrigações tributárias	253.603	25.667
Outras obrigações	40.465	-
	<u>12.269.529</u>	<u>834.994</u>
Total das atividades operacionais	<u>13.872.867</u>	<u>1.258.114</u>
Atividades de investimentos		
Ativo Contratual	(61.702.901)	(4.530.808)
	<u>(47.830.034)</u>	<u>(3.272.694)</u>
Atividades de financiamentos		
Empréstimos de mútuo	6.432.394	5.271.091
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.514.541	-
Integralização de capital	24.325.000	2.052.480
Reversão de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.820.264)
	<u>48.271.935</u>	<u>5.503.307</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>441.901</u>	<u>2.230.613</u>
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.271.792	41.179
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>2.713.693</u>	<u>2.271.792</u>
	<u>441.901</u>	<u>2.230.613</u>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em Reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita de construção e remuneração do Ativo de Contrato	61.702.902	4.530.808
Insumos adquiridos de terceiros		
Material e serviços de terceiros	(698.012)	(232.527)
Custo de construção do Ativo de Contrato	(55.865.087)	(3.718.494)
	(56.563.099)	(3.951.021)
Valor adicionado líquido	5.139.803	579.787
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	190.251	10.484
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.330.054</u>	<u>590.271</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.176.760	-
Encargos sociais	377.239	-
Convênio assistencial e outros benefícios	81.655	-
Despesas rescisórias e provisões trabalhistas	505.822	-
	<u>2.141.476</u>	<u>-</u>
Governo:		
PIS e COFINS Diferidos	5.707.519	419.100
IRPJ e CSLL Diferidos	-	1.367
	<u>5.707.519</u>	<u>420.467</u>
Financiadores:		
Encargos financeiros, variações monetárias e outros	1.575.459	157.670
Aluguéis	9.781	9.480
	<u>1.585.240</u>	<u>167.150</u>
Acionistas:		
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.104.181)	2.654
	<u>5.330.054</u>	<u>590.271</u>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional e informações gerais

A SSP Transmissora de Energia S.A. (“SSP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 2021. A Companhia tem sede e foro na Praia de Botafogo, 501, 1º andar (parte), bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

O objeto social é a implantação e exploração do empreendimento correspondente ao Lote 2 do Leilão de Transmissão, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nº 01/2021, no Estado do Rio de Janeiro, cuja expectativa de entrada em operação comercial será em 30 de setembro de 2026.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão nº 12/2021, pelo prazo de 30 anos.

O contrato regula a Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, além das unidades de transformações, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia:

- Linha de Transmissão (LT) 345 kV Venda das Pedras - Sete Pontes, C1 e C2 – Duplo;
- Linha de Transmissão (LT) 345 kV Comperj - Venda das Pedras, C1 - Simples;
- Subestação (SE) 345/138 kV Sete Pontes.

A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$ 30 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards -IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31.03.2024.

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 – Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no conhecimento do negócio pela Administração da Companhia e outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Ativo de contrato;
- b) Estimativa de valor justo de ativos e passivos financeiros.

2.5 – Pronunciamentos contábeis

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Alterações em Pronunciamentos com vigência a partir de 2024: os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas possibilidades de ocorrências de impactos significativos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Ativo de contrato

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão a serviços de operação e manutenção.

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida em que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionada à satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão calculadas líquidas do PIS e da COFINS.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros. Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.3 – Tributação

(i) Programa de Integração Social - PIS – 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avaliará a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelecerá provisões quando apropriado.

3.4 – Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de remuneração do ativo de contrato: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de concessão. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo de contrato sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.
- b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo.
- c) Receita de operação e manutenção: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a entrada em operação e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.5 – Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios desses anos, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de empréstimo de mútuo entre a Companhia e sua controladora descrita na Nota 10.

3.6 – Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 – Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou de forma espontânea a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais não são requeridas para empresas de capital fechado e pelas IFRS, sendo apresentada como parte suplementar às demonstrações financeiras. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

3.8 – Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.9 – Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Bancos conta movimento	97.731	12.283
Aplicações financeiras	2.615.962	2.259.509
	<u>2.713.693</u>	<u>2.271.792</u>

Os saldos estão apresentados por depósitos bancários e aplicações financeiras sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

5. Tributos compensáveis

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de renda retido na fonte s/ aplicações financeiras	<u>44.087</u>	<u>37</u>

Os tributos compensáveis tratam-se de IRRF sobre aplicações financeiras e estão sendo considerados no não circulante, visto que a Companhia tem projeção para entrada em operação comercial em julho de 2025, com viabilidade para apresentar lucro e respectiva realização fiscal no mesmo período

6. Ativo de Contrato

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recursos aplicados na construção dos ativos vinculados a concessão	71.748.953	7.169.449
Remuneração do Ativo de Contrato	-	450.295
Ativo de Contrato – Ajuste a Valor Presente – Ver Nota 13	<u>(2.426.308)</u>	<u>-</u>
	<u>69.322.645</u>	<u>7.619.744</u>

Receita de Construção – Ajuste a Valor Presente

Visando refletir a conformidade entre o fluxo financeiro do orçamento da obra e o realizado até 31 de dezembro de 2023, e para manutenção da taxa interna de retorno do projeto, a Companhia constituiu nesta mesma data, Ajuste a Valor Presente (AVP) no valor de R\$ 2.426.308, que foi registrado em contrapartida à receita de contrato.

7. Fornecedores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Materiais e serviços	12.344.899	743.381
Retenções contratuais	271.704	102.112
	<u>12.616.603</u>	<u>845.493</u>

8. Passivo circulante - Obrigações sociais

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
INSS – Folha de pagamento	26.292	-
FGTS	9.659	-
Provisões de férias	128.920	-
Encargos sociais sobre provisões de férias	47.443	-
Imposto de renda retido na fonte – folha de pagamento	36.087	-
	<u>248.401</u>	<u>-</u>

9. Passivo circulante - Obrigações tributárias

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
PIS	49	13
COFINS	300	38
ISS	175.268	16.838
IRRF	58.149	5.094
PCC – PIS/COFINS/CSLL Fonte	10.745	2.528
Contribuição social - Fonte	36.455	2.852
	<u>280.966</u>	<u>27.363</u>

10. Empréstimos de mútuo

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	<u>11.703.485</u>	<u>5.271.091</u>

Instrumento Particular de Mútuo realizado em 22 de agosto de 2022 com a Shanghai Shemar Power Holdings Co., Ltd. no valor total de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), correspondente a aproximadamente USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos). Os valores serão desembolsados em sua totalidade ou em parcelas, até o limite e vigência do contrato. Os valores liberados estão atualizados com base no CDI + 1,75% a.a, contados a partir da liberação de cada desembolso. O contrato terá a vigência de 48 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por comum acordo entre as partes e com a anuência da ANEEL.

Mutação dos empréstimos de mútuos

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	5.271.091	-
Ingressos	5.046.500	5.236.600
Encargos e atualizações monetárias	1.385.894	34.491
	<u>11.703.485</u>	<u>5.271.091</u>

11. Passivo não circulante - Tributos diferidos

11.1 – Composição

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	1.005	1.005
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	362	362
PIS	1.143.824	125.726
COFINS	5.268.521	579.100
	<u>6.413.712</u>	<u>706.193</u>

11.2 – Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

2023:	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(4.104.181)	(4.104.181)	(4.104.181)
Alíquota diferida incidente	25%	9%	34%
Tributo diferido no exercício	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	1.005	362	1.367
2022:	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	4.020	4.020	4.020
Alíquota diferida incidente	25%	9%	34%
Tributo diferido no exercício	1.005	362	1.367

11.2 – Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado (continuação)

	PIS	COFINS	Total
Receita bruta – Nota 12	61.702.901	61.702.901	61.702.901
Alíquota diferida incidente	1,65%	7,60%	9,25%
Tributo diferido sobre a receita em 2023	1.018.098	4.689.421	5.707.519
Saldo em 31.12.2022	125.726	579.100	704.827
Saldo em 31.12.2023	1.143.824	5.268.521	6.412.346

12. Patrimônio líquido

Capital social.

O capital social integralizado em 31.12.2023 e 2022 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e assim composto:

	Número de ações			
	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Shanghai Shemar Power Holdings Co. Ltd.	44.910.730	99,99	3.071.189	99,99
Henrique Abreu de Oliveira	1	0,01	1	0,01
	44.910.731	100,00	3.071.190	100,00

Em 21 dezembro de 2023 foi realizado um contrato de compra e venda de ações formalizando a venda de 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal, livre de quaisquer ônus, passando de Henrique Abreu de Oliveira para Marcos Henrique Kouyoumdjian Fernandes. A formalização mediante assinatura dos termos de transferência no Livro de Transferência de ações Nominativas da Companhia e registro na Junta Comercial foi efetivada em 06.02.2024 através da AGE de 22.01.2024.

13. Receita líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de Construção	61.559.325	4.097.515
Remuneração do Ativo de Contrato	2.569.885	433.293
Receita de Construção – Ajuste a Valor Presente (Ver Nota 6)	(2.426.308)	-
Receita bruta	61.702.902	4.530.808
PIS e COFINS Diferidos	(5.707.519)	(419.100)
	55.995.383	4.111.708

14. Custo de construção de Ativo de Contrato

	31.12.2023	31.12.2022
Custo de construção de Ativo de Contrato	55.865.087	3.718.494

15. Despesas gerais e administrativas

	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal	2.141.476	-
Serviços de terceiros	620.248	176.521
Arrendamentos e aluguéis	9.781	9.480
Seguros	71.496	54.289
Outras despesas	6.268	1.717
	2.849.269	242.007

16. Resultado financeiro

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	210.399	10.995
Descontos obtidos e outros	136	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(20.284)	(511)
	<u>190.251</u>	<u>10.484</u>
Despesas financeiras		
Encargos de empréstimos de mútuo	(1.385.894)	(34.491)
Variações monetárias (por reversão da AFAC)	-	(109.912)
Juros, multas e acréscimos moratórios	(10.348)	(5.434)
IOF, Comissões e Taxas	(179.217)	(7.833)
	<u>(1.575.459)</u>	<u>(157.670)</u>
	<u>(1.385.208)</u>	<u>(147.186)</u>

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota como política a busca de seguros, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possuía contrato com duas seguradoras, quais sejam a BMG Seguros S.A. e a Liberty Seguros S.A., conforme detalhamos, respectivamente:

Seguro garantia construção, fornecimento ou prestação de serviços

Prazo: 07.09.2021 a 30.12.2026.

Cobertura: garante a indenização, até o valor fixado na apólice, do montante correspondente aos prejuízos comprovados e/ou à multa aplicada ao tomador em decorrência da inexecução total ou parcial do objeto, ou do atraso injustificado na implantação do empreendimento participante do Leilão nº 01/2021- ANEEL, em face do cronograma físico constante da outorga de concessão ou autorização de serviços ou instalações de energia elétrica, bem como de qualquer outro inadimplemento que importe a execução da Garantia de Fiel Cumprimento (GFC), durante a fase de execução de obras, nas hipóteses em que o tomador: (i) declinar da outorga ou desistir de qualquer compromisso assumido em decorrência de sua participação no Leilão, após o aporte da GFC; (ii) atrasar em mais de noventa dias qualquer dos marcos de implantação do empreendimento passíveis de execução da GFC; e (iii) deixar de executar, total ou parcialmente, as obras de implantação objeto do Leilão.

Prêmio líquido: R\$ 950.382.

Seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O)

Prazo: 01.11.2023 a 01.11.2024.

Cobertura: Danos causados a Terceiros, em consequência de atos danosos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das perdas indenizáveis.

Prêmio líquido: R\$ 75.071.

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Passivos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2023, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e empréstimos de mútuos.

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas até a data das demonstrações contábeis.
- Contas a receber (ativo de contrato): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Empréstimos de mútuos estão atualizados com base nos índices contratuais e com prazo de liquidação de longo prazo.

Fatores de risco financeiro. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros:

- Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo de contrato) e aplicações financeiras, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

- Risco de capital.

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

- Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco demercado está relacionado às taxas de juros.

- Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

- Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

* * * * *